

**Intervenção de Sua Excelência a Ministra da Ciência e do  
Ensino Superior, na sessão solene da abertura do ano lectivo  
2003/2004  
Leiria, 15 de Outubro**

Exmo Senhor Presidente da República, Excelência,  
Excelência Reverendíssima Senhor Bispo de Leiria Fátima,  
Excelentíssimo Senhor Presidente do Politécnico de Leiria,  
Senhores Presidentes e Vice-presidentes dos Institutos  
Politécnicos,  
Magníficos Reitores e Senhores Vice Reitores,  
Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal de Leiria em  
representação da Senhora Presidente, Senhores Autarcas,  
Senhor representante do Senhor Governador Civil do Distrito de  
Leiria,  
Senhores Presidentes dos Conselhos Directivos e Directores das  
Escolas integradas no IPL,  
Senhor Professor Pedro Lourtie,  
Senhor Representante das Associações de Estudantes,  
Autoridades Cíveis e Militares,  
Senhores Convidados,  
Caros alunos,  
Caros colegas e funcionários,  
  
Minhas Senhoras e meus senhores,

É com muito prazer que volto a esta casa, fazendo a minha primeira intervenção pública, por ocasião da abertura solene do ano lectivo do Instituto Politécnico de Leiria.

Não tenho dúvidas de que o Instituto Politécnico de Leiria está no caminho certo da promoção da qualidade do seu ensino e aprendizagem.

Eu própria o posso testemunhar pela ligação que tenho com docentes que hoje desempenham importantes funções nesta Instituição.

Acompanhei de perto a evolução do Departamento de Engenharia Mecânica e a criação do Departamento de Engenharia do Ambiente. Estive presente na apresentação pública do primeiro curso de Engenharia do Ambiente há 4 anos, um dos cursos com melhores condições de acesso e com menor insucesso escolar. Tive então oportunidade de visitar os vários Laboratórios: de Engenharia Automóvel, de Tecnologia Mecânica, de Química, de Metrologia. Muito me apraz poder testemunhar da qualidade, organização e exigência que verifiquei.

Tive a oportunidade e o privilégio de colaborar de perto com professores desta casa, nomeadamente orientar doutoramentos de alguns dos mais insignes professores esta instituição, facto que me deixa particularmente feliz.

A qualidade e a excelência têm de ser o objectivo central da nossa caminhada conjunta, Governo, Instituições, Professores, Alunos, Funcionários, Famílias e toda a Sociedade.

Não tenho qualquer dúvida de que o maior aferidor dessa qualidade e excelência é a formação do corpo docente e a qualidade das infra-estruturas.

Uma palavra também de apreço pela inauguração hoje de novos edifícios na Escola Superior de Tecnologia e Gestão e na Escola Superior de Educação. As infra-estruturas são também indicadores de qualidade e tudo o que pudermos fazer para proporcionar um ambiente de bem estar aos nossos estudantes principais destinatários do nosso esforço colectivo será sempre bem vindo.

\*

Como todos sabem, a Europa definiu no Conselho Europeu de Lisboa de Março de 2000 um objectivo estratégico ambicioso: "tornar-se na economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social".

O processo que desde então se iniciou, chamado a Estratégia de Lisboa, no sentido da criação de uma sociedade e economia baseadas no conhecimento, é de uma evidente importância para as instituições de ensino superior, conjugando dois pilares fundamentais: a criação de um espaço europeu de investigação e a criação de um espaço europeu de educação. A Europa precisa pois

de excelência nas suas instituições de ensino superior, uma vez que só assim poderá otimizar os processos que estão na base da sociedade do conhecimento e concretizar o objectivo fixado no Conselho Europeu de Lisboa.

O crescimento da sociedade do conhecimento depende, de facto, da produção de novos conhecimentos, da sua transmissão através da educação e da formação, da sua divulgação e da sua utilização em novos serviços e processos. É nesta sequência que o Conselho Europeu de Barcelona, de Março de 2002, reconheceu tal necessidade de excelência, ao estabelecer o objectivo de fazer dos sistemas de educação uma "referência mundial de qualidade" até 2010, paralelamente anunciando que o nível global da despesa em inovação e I&D na União deverá ser aumentado a fim de se aproximar dos 3% do PIB até 2010, dois terços do mesmo devendo provir do sector privado.

A prossecução deste objectivo passa necessariamente pela transparência e pela compatibilidade entre os sistemas de ensino superior no Espaço Europeu, necessidade reconhecida pelos Ministros responsáveis pelo ensino superior na chamada Declaração de Bolonha, assinada em 1999 e que estabelece uma meta clara e concordante: desenvolver um espaço europeu de ensino superior coeso e coerente até 2010.

Esta declaração exprimiu um compromisso de caminhar para um sistema de acessível leitura e fácil comparabilidade, baseado em dois ciclos, usando um sistema de créditos comum, com estímulos

para promover a mobilidade, projectando em consequência uma dimensão europeia para o Ensino Superior.

2010 é pois uma data de referência que coloca a todos nós grandes desafios no acompanhamento do então chamado de processo de Bolonha. Vale a pena referir que os próprios Ministros da Educação da UE em 5 de Maio de 2003 estabeleceram ainda um outro objectivo para 2010: o aumento do número de licenciados em matemática, ciências e tecnologias de pelo menos 15% no reconhecimento da necessidade da Europa deter um número adequado de especialistas nas diversas áreas científicas.

Porém, não é só 2010 que constitui uma data de referência na estratégia de Lisboa e no processo de Bolonha.

Na última reunião de Ministros responsáveis pelo processo de Bolonha que teve lugar em Berlim, no passado dia 19 de Setembro, foi aprovado um Comunicado Final que vem estabelecer uma nova data de referência: 2005.

Não esquecendo a dimensão social do processo de Bolonha, mas não podendo perder de vista a necessidade de aumentar a competitividade da Europa, mais uma vez se tomou como referência os Conselhos Europeus de Lisboa e de Barcelona, para reconhecer a importância de incrementar a cooperação no contexto do processo de Bolonha, não obstante os progressos registados até ao momento. Assim, foram estabelecidas as seguintes prioridades intermédias para os próximos dois anos (até 2005):

- Assegurar um sistema de controle de qualidade eficaz;
- Assegurar o uso efectivo do sistema baseado nos dois ciclos;
- Melhorar o sistema de reconhecimento de graus e dos períodos de estudo.

A estratégia de Lisboa e o processo de Bolonha andam pois lado a lado, implicando a necessidade de envidar esforços para assegurar uma ligação mais estreita entre os sistemas de ensino superior e de investigação, mas igualmente a necessidade de intensificar o processo a nível institucional, nacional, europeu e mundial. Porquê também mundial? Porque na actual era da globalização e da interdependência, a resposta da Europa às necessidades emergentes em matéria de ensino superior não se poderá confinar exclusivamente às suas fronteiras geográficas, mesmo que em sentido lato, mas ter em conta importância de tornar o ensino superior europeu cada vez mais aliciante para os estudantes da Europa e do resto do mundo, e aqui, podemos salientar o mundo lusófono e latino-americano, no qual Portugal pode e deve representar um papel de charneira tanto no domínio do Ensino Superior como da Ciência. Pretendemos colocar Portugal como intercepção do Espaço europeu, lusófono e Ibero-americano do Ensino Superior e Ciência.

O processo de Bolonha tem pois uma consequência imediata para as nossas instituições de ensino superior: se queremos acompanhar o processo e atrair estudantes de países terceiros europeus e fora da Europa, são necessárias reformas profundas no sentido de uma maior eficácia, modernização e de simplificação das nossas instituições de ensino superior, nomeadamente:

- modernização e simplificação no sentido de se tornarem cada vez mais competitivas e uma referência a nível europeu e mundial. A qualidade e a excelência devem ser constantemente a pedra de toque;
- modernização e simplificação de modo a promoverem um ambiente favorável à mobilidade em sentido amplo: mobilidade de estudantes, professores, investigadores e pessoal administrativo; mobilidade na perspectiva individual, nacional, entre regiões, mas também entre instituições e entre áreas do saber.

Estamos pois e repito, diante de grandes desafios que devem ser vistos como oportunidades, oportunidades para que as instituições de ensino superior assumam cada vez mais o seu papel no contexto deste processo. É sem dúvida um papel diversificado e, ao mesmo tempo complementar, mas de inegável importância nas políticas de desenvolvimento local, regional, europeu e, porque não dizê-lo, mundial.

As instituições de ensino superior, pela sua missão tradicional de investigação e ensino, criam a excelência e competências, têm uma importância crescente no complexo processo de inovação, ajudam à competitividade e são motores de desenvolvimento regional. Devem pois adaptar-se a toda esta dinâmica e às mudanças que implica: 1) ao nível da maior exigência do ensino superior; 2) na internacionalização da educação e investigação; 3) no desenvolvimento de uma efectiva e estreita cooperação entre as

Universidades e as empresas; 4) na reorganização do conhecimento; 5)no conhecimento como motor de desenvolvimento.

Consciente da importância vital deste processo, o Governo português tem procurado tê-lo como referência adaptando as políticas nacionais a esta nova dinâmica, com base em quatro grandes linhas orientadoras:

- Qualidade;
- Exigência;
- Responsabilização de todas as partes envolvidas no processo (estudantes, professores, instituições, Governo);
- Preocupação social.

É, por isso, minha intenção aprofundar as medidas de desenvolvimento do sistema de ensino superior e do sistema científico e tecnológico, tais como:

- **O investimento em infra-estruturas e equipamentos** orientados quer para a qualidade do ensino quer para a modernização instrumental das unidades de I&D em áreas específicas, tendo por base **padrões de qualidade internacionalmente reconhecidos** e regras de actuação claras e transparentes, com especial atenção dada às bibliotecas, laboratórios, salas de estudo e de convívio para aumentar a qualidade de vida dos alunos no Campus;



[Aqui gostaria de felicitar o Sr. Presidente do Politécnico pela inauguração da Biblioteca, salas de estudo e de estar, que contribuem para que os alunos se sintam bem no seu Campus]

- **O incremento da acção social escolar**

Gostaria de reafirmar a intenção de tudo fazer para que nenhum aluno seja excluído do ensino superior por falta de recursos financeiros. Garanto que a aposta vai ser forte no reforço dos vários apoios quer na concessão de bolsas de estudos quer no acesso à alimentação, alojamento, serviços de saúde e actividades culturais e desportivas.

- A revisão do **Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior** e do **Estatuto da Carreira de Investigação**;
- A implantação de **novos modelos de financiamento e de gestão** do Ensino Superior público, que vai exigir uma maior responsabilidade a todos os parceiros educativos;
- A revisão dos critérios de **acesso no Ensino Superior**, num contexto de atribuição de responsabilidade a cada instituição pela selecção dos respectivos alunos;
- O aperfeiçoamento do sistema nacional de **avaliação da qualidade do Ensino Superior**, promovendo o

desenvolvimento de critérios e metodologias comparáveis a nível europeu e sua publicitação;

- O incremento da **valorização e qualificação dos recursos humanos avançados** do País criando condições para uma plena integração no espaço europeu de ciência e ensino superior;
- O fornecimento de apoios visando a **sustentabilidade e a optimização estratégica e operacional de unidades e acções de divulgação da Ciência.**

Só assim conseguiremos desenvolver uma maior cultura científica. Portugal não pode alhear-se do esforço da União Europeia no aumento do número de diplomados em áreas científicas. No caso português, além do aumento nas áreas da matemática, física e tecnologias, vamos encarar e resolver desde já o problema dos diplomados em medicina.

- **A internacionalização do sistema nacional de C&T**, em particular, através dos programas europeus de I&D e da participação mais activa da comunidade científica nacional e das empresas nos grandes organismos científico-tecnológicos internacionais de que o país é associado.
- A criação de condições favoráveis ao **investimento privado em I&D e Ensino Superior**, para complementar o

investimento público de modo a atingir as metas preconizadas na Estratégia de Lisboa.

Para concretizar estes desafios, temos como um dos principais instrumentos nacionais a curto prazo o Orçamento de Estado para 2004. É pois com satisfação que vos posso dizer que:

- Sendo as principais medidas, a implementar em 2004 neste sector, de **desenvolvimento/aprofundamento** do sistema científico, tecnológico e do ensino superior, regista-se um suporte orçamental dessa intenção que se traduz num acréscimo, em termos nominais, de **2,1%** (mais 31,5 Milhões de Euros relativamente ao ano anterior - mais 5 M€ no Ensino Superior, mais 26 M€ na Ciência e mais 1,2 M€ nos serviços de apoio).
- Ao nível do **Funcionamento** manteve-se, na globalidade do sector, o **crescimento nominal nulo previsto no Plano de Estabilidade e Crescimento**, embora com ligeiras oscilações face a 2003 (mais 2,9 M€ no Ensino Superior e menos 1,1 M€ na Ciência), o que significa que **o acréscimo nominal global de 2,1% teve como origem o aumento de 11,5% do investimento** (mais 3,1% no Ensino Superior - devido ao aumento de 25,6% do investimento nas infra-estruturas de acção escolar - e mais 14,5% na Ciência).

- No plano do **Investimento** denota-se um **grande esforço nacional de manter o nível de investimento** numa fase em que os fundos comunitários já acusam os efeitos de uma utilização anterior acentuada poupando reservas nacionais que, no entanto, terão agora que avançar como contrapartida do financiamento programado. Podem contar com todo o meu empenho no difícil processo de negociação dos fundos estruturais pós 2006.
- No sistema do Ensino Superior, é de sublinhar que, até ao final do corrente ano, todas as situações serão objecto de uma análise contextualizada em termos da rede dos estabelecimentos de ensino superior, sendo a celebração de **contratos programa** utilizada para promover a correcção a prazo (até 5 anos) de todas as situações que revelem essa necessidade de forma fundamentada e enquadrada nas prioridades definidas. O que significa que, no início de 2004, a Tutela deverá estar em condições de **reforçar os orçamentos de funcionamento das instituições que forem parte na contratualização**.

A principal linha orientadora do Orçamento do Ministério da Ciência e do Ensino Superior é pois uma maior justiça social, tendo o orçamento sido redistribuído de modo a beneficiar os mais carenciados e garantir um Ensino Superior de Qualidade para todos.

Este é um desafio que diz respeito ao Estado, às Instituições, aos Estudantes, às Famílias, à Sociedade.

Todos juntos saberemos estar à altura deste desígnio.

Muito obrigada